

Em audiência, Volta do Anacleto não recebe proposta

INSATISFAÇÃO. Moradores pedem que pedágio não lhes limite a um único acesso

BERNARDO IBA
redacao@jornalibia.com.br

Os moradores da Volta do Anacleto saíram insatisfeitos da audiência pública realizada pela Câmara de Vereadores de Montenegro na noite de sexta-feira, 9. Saíram inclusive ofendidos, tanto pela falta de proposta ao fechamento do acesso à BR-386 pela Estrada Pedro Otto Ost, quanto com a classificação da via como "rota de fuga". "Eles vieram para cá subestimando as pessoas", declarou o representante Antônio Sérgio dos Santos Junior. O bloqueio definitivo, será apenas a instalação do pedágio da CCR Via Sul.

A expectativa era de que, ao menos, já fosse apresentada uma alternativa para manter o atual ou para criar uma saída com essas características, mas não é em melhor estado de conservação do que as estradas municipais. Todavia, o representante de concessionária que administra o trecho conhecido, Ercio Torres, orientou os moradores a "formarem uma comissão". O grupo deve discutir o assunto e está propostos em diálogo com a Prefeitura.

Ninguém sabia que havia um acesso

A explicação veio pela coordenadora de estudos da ANTT, Mariana Tufano, que revelou que o órgão ficou sabendo do problema ao ser convidado para aquela audiência. "Provavelmente, quando foi feito o projeto não se deu conta que havia um acesso", afirmou. Mas defendeu que, em março de 2017 houve audiência pública para debater o pedágio em Montenegro. Os moradores afirmaram nunca terem sido consultados. Diante desta colocação, o



Sem a saída pela Estrada Ost, moradores terão que fazer mais 8 km para acessar a BR-386 por outros dois pontos

Então a CCR Via Sul retomou o processo de debate. Uma comissão ou representante foi que mantivessem a Ação Civil Impetrada no Ministério Público (MP) solicitando a manutenção do acesso, mas que inclusive oligias. Depois, em uma fala individual com moradores, Torres deixou claro que não decisão judicial possivelmente será benéfica à empresa, pois em geral a Justiça não mantém aberto um acesso irregular. Uma decisão favorável ao fechamento garantiria a continuidade da obra, e prontamente superando o impasse com embasamento legal.

Eis expôs ainda que a CCR segue em negociação com a Prefeitura de Montenegro na busca de uma solução, que, basicamente, são melhorias no restante da Estrada Ost. Isso seria feito com a colocação de material retirado na fregenda da rodovia, composto por terra com pinho. Já a elevação do trecho que alaga e interrompe totalmente a passagem nos dias de chuva ainda precisa ser discutida. Asfaltamento dos oito quilômetros até a saída pelo Paradoiro 22 não foi cogitado, assim com a abertura de um braço paralelo a rodovia.

"Não é uma rota de fuga"

Também foi afastada a hipótese de o local do pedágio ser alterado, ao menos até o limite da distância com a ponte sobre o Rio Cai. O fechamento da Estrada é uma imposição, inquestionável e legal, do Dnit. A estrada e saída tornam-se irregular ao traficar dentro do rio de um quilômetro da praça.

Os moradores se ofenderam quando Torres justificou que aquela era uma "rota de fuga" para criminosos na Volta do Anacleto. Segundo ele, o fechamento da estrada ajudaria na segurança, pois reduziria a circulação de estómatos na comunidade. Neste momento começou a revolta, que depois interrompeu várias vezes o debate.

"Não é rota de fuga", declarou o morador Antônio Carlos Azevedo Quadros. Ele foi muito agitado, e depois recebeu o coro de diversos vizinhos que apontaram que devido do Posto da PRF também ocorrem pelo menos 200 moradores na comunidade, e, certamente, não há 150 desempregados, que é o total de candidatos a trabalho na semana passada.

Retorno com o que os próprios pagarão

Quanto ao retorno ao Município através de impositos, lembraram que virá graças às tarifas pagas pelos vizinhos, inclusive os próprios montenegrinos. Esses benefícios foram defendidos inclusive pelo vereador José Korber (PP), que representa a Prefeitura. "Se tiver que ser instalado, que seja em Montenegro", declarou.

Depois, completou, que todos estavam ali para "con-

tratar uma solução para a CCR", e de alguma forma manter o acesso dos moradores. Essa postura foi reprovada por alguns presentes, que ao término da audiência comentaram que "quem deveria defender o povo veio para ficar ao lado da empresa", crítica extensiva à ANTT.

Paulo Américo, que propôs a audiência enquanto era vereador suplente, assumiu o lugar anterioridade, uma

vez que a Estrada Pedro Otto Ost está ali há mais de 30 anos. Sua tese é de que, se lá não se fez que impede acesso lateral 1 km antes e 1 km depois, então a definição do local de praça deveria ter seguido esta regra. "Vocês não condição de armar. Vocês que erraram", declarou. Na mesma direção foi o morador Irênio da Silva Souza, que perguntou por que a distância mínima não foi vista antes.

Custo de quem dirige

Um cálculo aproximado aponta que quem usa o veículo para trabalhar em cidades do outro lado do pedágio gastará R\$ 400,00 ao mês. O custo é acertado justamente pela distância que terá ampliado em 8 km (16

km ida e volta) para sair pela Estrada Martins Souza Vigor ou pela estrada do Paradoiro (Ribeirão Sallott). O custo considera combustível e os taxas do pedágio, mas não inclui o desgaste do veículo.